

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1006914-58.2016.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução</b>
Embargante:	<b>Cootrac – Cooperativa dos Transportadores Autônomos de Curitiba</b>
Embargado:	<b>Rede Hg Combustíveis Ltda</b>

COOTRAC - COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CURITIBA opôs embargos à execução que lhe move REDE HG COMBUSTÍVEIS LTDA alegando a inépcia da petição inicial em razão da ausência de memória discriminada e atualizada de cálculo e excesso de execução.

Apesar de intimada, a embargante não se manifestou sobre o andamento do processo.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Reconheço a revelia da embargada, haja vista a ausência de impugnação. Contudo, consigno que não incide no caso em testilha o efeito principal decorrente da revelia, qual seja, a presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial, porquanto a ação de execução está fundada em título executivo extrajudicial, cabendo à devedora afastar a presunção de liquidez e certeza de que goza as referidas cartulas.

Há, portanto, a presunção decorrente do próprio título executivo, não afetada pela ausência de impugnação aos embargos.

Nesse sentido, já decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça:

"TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - AUSÊNCIA

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

DE IMPUGNAÇÃO – REVELIA - NÃO OCORRÊNCIA - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Não há falar em revelia em processo de execução ante a ausência de impugnação dos embargos à execução pelo credor. 2. Precedentes: AgRg no REsp 1.001.239/RN, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 2.10.2008; REsp 885.043/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 7.2.2008, p. 1; REsp 671.515/RJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ 23.10.2006, p. 289. Agravo regimental." (AgRg no REsp 1162868/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, Julgado em 02/02/2010, DJe 19/02/2010).

Deixo de designar audiência de conciliação, pois o silêncio da embargada faz presumir o seu desinteresse na tentativa de solucionar amigavelmente a lide. Ademais, a audiência poderá ser realizada a qualquer momento na ação de execução, bastando a simples manifestação das partes naqueles autos.

Não há que se falar em inépcia da petição inicial, haja vista que a memória de cálculo foi apresentada de forma regular pelo exequente (fl. 09). Houve a indicação do índice de correção monetária adotado, a taxa de juros aplicada e o termo inicial de incidência de correção monetária e da taxa de juros (data do vencimento), preenchendo, assim, os requisitos previstos no art. 798, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Ademais, o valor da dívida apresentado pela exequente foi de R\$ 22.528,12, equivocando-se a executada ao indicar a importância de R\$ 24.780,93, pois tal quantia já inclui os honorários advocatícios devidos por expressa disposição legal (art. 827 do Código de Processo Civil). Portanto, verifica-se que o débito executado é inferior ao indicado pela própria embargante (R\$ 22.736,76 – fl. 07), razão pela qual não há excesso de execução.

Diante do exposto, rejeito os embargos.

Responderá a embargante pelas custas e despesas processuais.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, pois não houve apresentação de defesa pela embargada.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 05 de agosto de 2016.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**